

Inclusão Digital: a necessidade de ações coordenadas

Por: Maria Nezilda Culti e Maria Viviane Monteiro Delgado

A Inclusão Digital tem sido uma expressão muito utilizada nos últimos tempos. Sua importância passou a ser percebida pelos órgãos governamentais, iniciativa privada e organizações da Sociedade Civil. Mas a Inclusão Digital passou a ser conhecida nos quatro cantos do país graças a uma iniciativa, fruto de uma idéia que passou a se difundir e ganhar notoriedade, que se concretizou a constituição do Comitê para Democratização da Informática (CDI), criada em 1995 por Rodrigo Baggio, uma Organização Não Governamental (ONG), que tem como objetivo promover a Inclusão Digital em comunidades carentes, utilizando-se das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como instrumento para a construção e o exercício da cidadania. Hoje estão espalhados comitês nas várias cidades do país, mais especificamente em comunidades de baixa renda, mobilizando a comunidade local. Seu crescimento só foi possível graças a ajuda de várias empresas privadas nacionais, multinacionais e órgãos multilaterais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM). O CDI em fevereiro de 2004 contava com uma rede de 837 Escolas de Informática e Cidadania (EIC), sendo 751 no País e 86 no exterior (CRUZ, 2004, p. 59).

Ações como desta ONG e de iniciativas de empresas privadas são válidas no combate a cada vez maior desigualdade social no nosso país. Todavia não se deve esquecer de haver outras formas interagindo e atuando, em especial no que diz respeito a responsabilidade do Estado, incluindo este em suas políticas públicas, mecanismos de inclusão social de forma eficaz e sustentável. A Inclusão Digital (ID) é uma ação positiva e tem, nesse contexto, um papel importante a desempenhar visto que cada vez mais o conhecimento é considerado riqueza e poder. É bom lembrar que ID não se restringe apenas ao acesso às tecnologias e seu respectivo uso, mas sim à capacitação para a utilização das TICs, fazendo concomitantemente com que o indivíduo possa decidir como e para que utilizá-la. Sem falar que o domínio da informática hoje vira peça fundamental no mundo do trabalho, mesmo nos cargos mais simples.

O fosso da exclusão digital é gritante, os dados confirmam: segundo os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2001, 12,46% da população brasileira possui acesso ao computador, sendo que desse percentual, 8,31% têm acesso à Internet. Um detalhe é que cerca de 97% dos Incluídos Digitais vivem nos centros urbanos. Um outro dado importante seria o que toca as etnias: Os amarelos (descendentes de orientais) são o grupo de maior acesso proporcional: 41,66%; seguidos pelos brancos: 15,14%; pardos: 4,06%. Esses dados, entre outros, foram utilizados para dar origem ao Mapa da Exclusão Digital, que seria o primeiro estudo nos diversos segmentos da sociedade no tocante às TICs, tomando como consideração não apenas o capital físico, que seriam as máquinas e os softwares, mas também o capital humano, com a capacitação e a educação, visando assim o desenvolvimento social. Uma iniciativa importante que serve como referência para definições de estratégias, orientando políticas públicas, ações de empreendedores sociais, assim como de instituições da sociedade civil, objetivando ações integradas a outros tipos de ações, no sentido de diminuir a desigualdade social de forma sustentável. (MAPA DA EXCLUSÃO DIGITAL, 2003).

É imperativo hoje a urgência da Inclusão Digital (ID), tanto que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o atraso digital como uma das quatro grandes mazelas da atualidade, caminhando junto com a fome, desemprego e o analfabetismo. As iniciativas multiplicam-se no país, no que diz respeito à Inclusão Digital. A ajuda vem de vários segmentos da sociedade, iniciativas governamentais em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal), através de projetos e parcerias. São iniciativas importantes, todavia, a Inclusão Digital por si só não vai corresponder aos resultados esperados, que seria a diminuição das desigualdades sociais, simplesmente oferecendo oportunidades.

Num país de contrastes como o nosso, no qual somos uma das 15 potências econômicas do mundo, estamos no quesito desigualdade social numa situação muito sofrida, somos a quarta nação mais desigual do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002. Para se obter de forma consistente a Inclusão Digital (ID), e conseqüentemente diminuir a distância entre ricos e pobres, deve haver por parte das iniciativas governamentais três preocupações básicas, que foi muito bem colocado no artigo: Os Três Pilares da Inclusão Digital (<http://www.espaçoacademico.com.br/024/24amsf.html>) - que para alcançar a Inclusão Digital são necessários -: Tecnologias de Informação e comunicação (TICs), renda e educação. Segundo o autor do texto: “É preciso que os formuladores de política pública do governo percebam que a exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica”.

Para ampliar o universo de pessoas com acesso às novas tecnologias, ou seja, participante ativa e de forma sustentável desse processo de Inclusão Digital, é essencial melhorar as condições de vida, dando uma educação de qualidade, tornando possível um uso efetivo e consciente do porquê estão aprendendo a usá-la e quais os benefícios que pode usufruir para melhorar sua realidade. A renda seria um item básico, o indivíduo deve ter condições mínimas de manter uma linha telefônica, um computador com acesso à internet, fazendo uso para obter informações das mais diversas na rede, ampliando ainda mais seu mundo. Aí sim aprender as mais variadas formas de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação à disposição da sociedade hoje. Sendo assim, computadores e conexões são insuficientes se não usadas de forma efetiva, sendo as pessoas envolvidas, estimuladas no seu uso, com condições de pagar pelo mesmo e mais importante, que saibam por que estão usando.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do nosso, os projetos de Inclusão Digital (ID) só serão bem sucedidos no momento em que forem integrados a ações que contemplem este tripé: Educação de qualidade, Renda e Acesso aos conhecimentos em TICs. Para tanto, é fundamental o empenho do Estado na execução de políticas públicas com este objetivo. Só assim pode haver uma real melhoria da qualidade de vida e uma construção de uma sociedade mais justa.

Referências Bibliográficas

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.
Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. Lisboa, 2002.

NERI, Marcelo Cortês. Mapa da inclusão digital. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

CRUZ, Renato. O que as empresas podem fazer pela inclusão digital . São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

SILVA Filho, Antonio.Os Três Pilares da Inclusão Digital. Espaço acadêmico. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>